

As ditaduras renovadas

GERALDO FORBES

Aniversário da morte do dr. Tancredo. Um ano já. Lembranças da campanha — as diretas, o País nas ruas, a votação ignominiosa do Congresso, a negativa do mandarinato servil então comandado pelo dr. Sarney, o lançamento de Tancredo, os comícios, a esperança renovada, a eleição, a posse que não houve. Quanto tempo passou, quanta coisa aconteceu.

Quanta coisa também não aconteceu e não mudou. E como parece difícil de mudar. Principalmente a mentalidade, o hábito do arbítrio, o costume do privilégio, o vício do oportunismo.

Politicamente, só aparências e siglas mudaram. Os homens, se não velhos pelo menos obsoletos, são os mesmos de sempre. Ajeitam-se aqui, arrumam-se ali e seguem mandando e desfrutando. Idéias novas, propostas inovadoras simplesmente não existem. Cresce o descompasso entre a nação ansiosa da modernidade e a casta política ociosa em sua antiguidade.

O Congresso continua espantando a nação com sua inoperância remunerada. Se alguém quiser esconder-se de um deputado, o melhor lugar para fazê-lo deve ser o seu gabinete em Brasília. Nos plenários freqüentemente desertos, ressoa a retórica oca desacompanhada de qualquer projeto de lei digno deste nome. Discursos vazios, casas vazias.

Só se enchem quando é para tratar da manutenção de seus próprios interesses. Constituinte fajuta, criação de siglas, manobras de bastidores, lutas por cargos, jé-ton automático e vergonhas parecidas. O Congresso desserve a Nação e dela se serve. A antítese do que deveria ser.

Na sua esteira e protegidos pelas leis dali emanadas vão os partidos que longe de serem associações políticas passaram a ser corporações de políticos. Profissionais e patenteadas. Sempre em busca do cartório, da capitania hereditária, do privilégio, da reserva de domínio, instituiu-se a ditadura do partidariado.

O livre acesso do cidadão a cargo eletivo, direito inseparável da verdadeira democracia, foi praticamente proibido e reservado apenas aos sócios dos exclusivos clubes que cedem legenda aos prediletos da diretoria ou a vendem a quem pagar mais. Ambas as formas asseguram-no e implicam no abastardamento da função pública pois tal qual na ditadura militar, poucos homens de bem estão dispostos a pagar esta espécie de imposto.

Pois é através deste distorcido e corrompido sistema de acesso à disputa eleitoral que se pretende renovar o país e suas estruturas. Uma evidente piada de mau gosto, uma virtual impossibilidade.

As próximas eleições para a Constituinte, que já começam pela revogação liminar do princípio da representação proporcional — todos os homens são iguais: um homem, um voto — prometem diplomar para escrever o estatuto nacional um bando de malandros de carreira, produtores do clientelismo, preparados para quem vier e der, mas despreparados para a função.

Tudo o que vem aí não será mais do que um *ersatz* da reforma, uma ilusão de mudança. A verdadeira e necessária reforma política estrutural só se dará quando se quebrar o monopólio dos carreiristas e abrir-se a todos a disputa eleitoral.

A criação de partidos verdadeiros terá de suceder a eleições livres. O sistema atual em que siglas patenteadas, que nada representam, abocanharam com exclusividade o direito de ser votado viola aquele direito, fraudando o eleitor e atrasa o País.

Se na política pouco mudou, na economia perdura também o espírito de clube fechado. Aí mudaram os homens, mas herdou-se a atitude dos falecidos.

Não é o caso do dr. Dilson, pessoa franca, aberta ao diálogo, sempre pronto a ouvir e debater. Mas uma andorinha só não faz verão e muitos auxiliares da área adotaram o mesmo procedimento automático de seus antecessores como se fossem donos e não funcionários da nação.

O lamentável caso da intromissão intempestiva na Bolsa é um dos exemplos desta forma errônea de encaras as coisas. Por que não anunciar e discutir a intenção de mudar as regras dos fundos e clubes de investimentos antes de implementá-las? Por que esta urgência súbita que requereu no simulacro de reunião, via telefônica, para aprovar a medida? Por que não consultar especialistas da área? E por que não consultar também juristas para evitar arbitrariedades e ilegalidades nos regulamentos?

Só se pode pensar que os diretores do Banco Central se imaginam, como no passado, melhores, mais sabidos e mais honestos que os seus concidadãos aos quais só cabe calar e obedecer a seus ucasses magistras. Uma olhadela sobre a história recente ensina que a realidade dos fatos não avaliza esta pretensão de excelência. Vide Coroas e cia bela.

No caso do pacote econômico de 28 de fevereiro, sim, o segredo era absolutamente necessário e isto já contribuiu para a fragilidade jurídica dos decretos-leis que ameaçam o seu sucesso. Esta justificada exceção não pode porém fazer regra e as decisões da matéria econômica são importantes demais para serem deixadas ao talante ditatorial dos economistas.

Veja-se a novela da dívida externa. Até hoje a Nação continua sujeito passivo de decisões em seu nome tomadas por dois ou três de seus funcionários. Podem ser até que sejam os atuais mais capazes ou mais bem-intencionados que os gestores de antes mas isto não lhes dá de forma alguma procuração em branco e muito menos autoriza-lhes a arrogante indiferença com que se comportam em relação a sugestões diferentes das suas idéias. Idéias ou se houver planos totalmente ignorados pelos da planície como se não nos dissesse respeito assunto de tão magna importância. Um absurdo intolerável que todavia prossegue, devido à ineptia conivente dos nossos parlamentares.

O fato é que além da mudança adjetiva da recusa de submissão ao FMI nada de substantivo ocorreu na matéria. Continua-se, depois de tantos meses, perseguindo um acordo (ainda não obtido) pelo ridículo prazo de sete anos e a uma taxa de juros minimamente melhorada.

Enquanto isto se vai gastando todo o superávit obtido a custa da recessão e subsídios no serviço da dívida. Uma sangria desatada e interminável, tão promissora quanto a tentativa de se esvaziar o oceano com baldinhos de plástico. Mas muito mais cara e prejudicial.

É curioso que no Exterior, políticos, acadêmicos e até banqueiros admitam e mesmo solicitem alterações substanciais no tratamento da dívida ao passo que aqui se oscila da retórica terceiro-mundista à prática colonialista de atendimento às regras ditadas pelos credores.

O Banco Central do Brasil ainda insiste em refazer todos os empréstimos como ensinado na cartilha. Gasta suas energias em intermináveis negociações por mesquinhas num ramo em que um acordo com as concessões que nos são vitais nunca jamais serão dadas voluntariamente. Teme contrariar os bancos repetindo a bobagem que se precisa deles para o quimérico dinheiro novo, desnecessário se não houver remessas. Recusam e tentam impedir transações com papéis brasileiros como se o desconto atribuído pelo mercado fosse uma ofensa à honra nacional. Bobagem em cima de bobagem. Mas sempre pensando que têm o monopólio da verdade.

Enquanto isto, lá fora, o eminente banqueiro F. Rohatyn escreve esta semana no *New York Review of Books*: "(Para os países da A. Latina) não há forma de se repagar (a dívida) como acertado, isto é, pagar juros comerciais normais sobre os créditos bancários". Burrice, dirá o Banco Central, nós sempre sabemos mais. E continuará em sua penosa (para nós) insistência no impossível enquanto desenha clandestinamente, sem ouvir ninguém, como convém em um país democrático, o genial pacote plurianual como que espera recuperar a popularidade, quando a inflação zero começa a dar zebra.